

MACAU: FRONTEIRA INTERCULTURAL NO PERÍODO MING

Luís Filipe Barreto *

Este breve estudo tem como objectivo contribuir para o conhecimento dalguns aspectos da dimensão cultural de Macau, entre os meados de Quinhentos e os meados do século XVII.

É necessário antes de mais atender às condições sociais que possibilitam, no período Ming, não só o aparecimento de Macau como também a sustentação desta cidade intra e entre europeus e chineses ¹.

I

Na documentação portuguesa o lugar de Macau é talvez mencionado, pela primeira vez, na geografia de Tomé Pires, a *Suma Oriental*, escrita nos anos de 1512 a 1515, em Malaca e Cochim.

A partir das redes marítimo-mercantis da Ásia do Sueste e de comunidades chinesas ultramarinas aí instaladas, os portugueses recolhem a informação de que: «(...) *alem do porto de quantom esta outro porto que se chama oquem he amdadura por terra de tres dias e por mar huu dia & huua noite este he o porto dos lequjos he doutas nações (...)*»².

* Centro de História da Universidade de Lisboa.

¹ Veja-se Jorge Manuel dos Santos Alves, *Um Porto entre dois Impérios: Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*, Macau, IPOR, 2000.

² *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, edição A. Cortesão, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1978, Livro IV, pp. 368-369.

É possível que a fonetização portuguesa *Oquem* se refira a «espelho de ostra», *Haocheng* em cantonense e *Haojing*, em mandarim. Ao longo do período Ming os textos chineses referem-se, regra geral, a *Haojing* para designar Macau, como vemos, por exemplo, na carta escrita em chinês, do ano de 1637, ao Padre Zeng (Álvaro Semedo, SJ), da parte dos cristãos chineses de *Haojing/Macau*³.

Por volta de 1515, Tomé Pires fonetiza o cantonense *Haojeng* em *Oquem* informando que nas proximidades de Cantão existe uma instalação portuária usada pelos léquios (o Reino de Ryukyu) e por outros que não sabe mencionar (fuquinenses, sobretudo).

O reino das ilhas de Ryukyu, unificado em 1429 por Sho Hashi, com o comércio sob monopólio régio, é tributário da China no quadro do comércio oficial, praticando também comércio oficial tributário com o Japão. Os léquios são, sobretudo desde cerca de 1411, os tributários por excelência do comércio nipónico na Ásia do Sueste, articulando Malaca ao Sul da Ilha de Kyushu e à Ilha de Tsushima e participando, também, no comércio externo japonês para a China e no florescente comércio com a Coreia, dos séculos XIV e XV⁴.

Quarenta anos depois, a 20 de Novembro de 1555, temos o primeiro documento em português feito em *Haojing/Macau*.

Trata-se de uma carta do irmão Fernão Mendes Pinto para o jesuíta Baltasar Dias, reitor do Colégio da Companhia de Jesus em Goa: «(...) *hoje cheguei de Lampacau, que é o porto onde estamos, a este Macau, que é outras seis léguas mais avante, onde achei o padre mestre Belchior, que de Cantão aqui veio ter (...)*»⁵.

Haojing é agora Macau e os portugueses não adoptaram a fonetização cantonense de «espelho de ostra»/Oquem. O nome Macau surge, provavel-

³ Na Biblioteca Apostolica Vaticana, Bar. Oriente. 154.1a. Sobre os fundos chineses desta biblioteca, veja-se Yu Dong, *Catalogo delle Opere Cinesi Missionariae delle Biblioteca Apostolica Vaticana (XVI-XVIII sec.)*, Cidade do Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, 1996.

⁴ Veja-se Robert K. Saka, *De Ryukyu (Liu-Chiu) Island as a Fief of Satsuma*, in J. K. Fairbank, (ed.), *The Chinese World Order: Traditional China's Foreign Relations*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1974, pp. 112-134.

⁵ Carta de Fernão Mendes Pinto, aos 20 de Novembro de 1555, para Baltasar Dias, reitor da Companhia de Jesus em Goa; cf. R. Katz e F. M. Rogers, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, Lisboa, Presença, 1993, p. 61.

mente, do fuquinense *Má Kó Cau* «Enseada da ancestral avó». Na enseada, zona portuária, existia há séculos um templo a esta deusa *Má-Kó*. Deusa popular dos litorais do Fujian, de Ryukyu e do Sul do Japão/Kyushu *Má-Ko* é a deusa padroeira dos pescadores, a «imperatriz do céu» acompanhada do «olho das mil milhas» e da «orelha que segue o vento» que serve para capturar os ventos e salvar os navegadores.

De Haojing para os chineses do período Ming a Macau para os portugueses, a partir de 1555, não se jogam apenas as fonetizações cantonense e fuquinense.

Em Malaca os portugueses ouvem falar de Oquem como zona portuária dos léquios na província de Cantão e é com os léquios e os fuquinenses que, o mais tardar a partir de 1535 começam a utilizar regularmente o porto do «espelho de ostra» que, em 1555, a partir do fuquinense «enseada da ancestral avó», baptizam como Macau.

Os portugueses começam a frequentar regularmente o porto de Haojing, entre 1535 e 1555, no quadro das relações marítimo-mercantis privadas e semi-oficiais da Ásia do Sueste aos Mares da China. Redes de parceria que ligam, a partir de Patane e de Malaca, os mercadores portugueses, a comunidades chinesas ultramarinas do Sueste Asiático, *Nanyang*, aos intermediários de Ryukyu, ao comércio marítimo das províncias do Fujian e Guangdong e, a partir de 1542/1543, ao comércio regular para o Sul do Japão.

A instalação dos portugueses em Macau resulta da inscrição de mercadores portugueses nas redes de parceria e de concorrência asiáticas do comércio marítimo da Ásia do Sueste com o Sul da China e do Japão.

A instalação dos portugueses em Macau é uma resultante de núcleos de portugueses asiaticados e miscigenados, ou seja, dos mais integrados nas redes e interesses do comércio intraasiático que liga a Ásia do Sueste à Ásia Oriental. Redes e interesses bem mais privados e semi-oficiais que estatais/oficiais.

Os portugueses, ao longo do período Ming, vão desenvolver Haojing/Macau de porto interregional até cidade portuária internacional que liga os mares do Sul da China e do Japão aos Oceanos Índico, Atlântico e mesmo Pacífico: «(...) *escala de todas as mercadorias que da Índia iam para China e Japão e outras partes do Oriente (...)*»⁶.

⁶ Carta de Ponciano Lanços de Abreu para o Rei D. João IV em Lisboa, de Macau aos 4.11.1642; cf. Arquivo Histórico Ultramarino, *Avulsos, Macau*, cx. I, doc. 20.

Contudo, a base deste comércio marítimo existia já no «espelho de ostra»/«enseada da ancestral avó». É esta base que não só atrai os mercadores portugueses como potencia as condições de sustentação que transformam Macau em instalação portuária hegemónica e cidade portuária internacional chave da Ásia Oriental, no período Ming.

A segunda característica social a destacar, que de certa forma resulta desta primeira, com o peso das redes e parcerias asiáticas e dos portugueses asiaticizados, é o facto de Macau, ao longo do período Ming, apresentar um estatuto difuso, uma informal e não oficial condição prática de soberania partilhada.

Em Lisboa, 1582, é apresentado ao Rei um manuscrito relatório de Estado sobre a realidade da expansão portuguesa nos mares e litorais da Ásia. No anónimo *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem no Estado da Índia*, diz-se sobre Macau: «(...) posto que a terra seja del rey da china, que nella tem seus officiaes que recebem os direitos que se aly pagão são governados pellas leis, e ordenações deste Reyno de Portugal (...)»⁷.

Para o poder central em Lisboa, a cidade de Macau, em 1582, é território chinês onde se exerce o poder fiscal chinês, nomeadamente com o pagamento pelos portugueses do «foro do chão», ou seja, da taxa de utilização da terra, mas é ao mesmo tempo, um lugar também governado por leis e aparelhos portugueses. Ou seja, soberania chinesa parcialmente partilhada com os portugueses.

Em 1637, numa carta do Senado de Macau, encontramos o seguinte enunciado: «(...) não estamos aqui em terra nossa, conquistada por nós, como são as maes fortalezas da Índia onde somos senhores ... senão na terra del Rei da China onde não temos um palmo de chão, maes que o sitio desta cidade, a qual posto que hé de nosso Rey, o dito sitio é do Rey dos chinas (...)»⁸.

O Senado de Macau é a instituição chave da cidade portuária, «(...) los senores de la camara que son los que en Macau gobier-

⁷ *Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitánias e mais Cargos que nellas ha, e da importância delles* (1582), ed. F. Mendes da Luz, Lisboa, CEHU, 1960, cap. XV, fol. 75.

⁸ Carta do Senado de Macau, aos 24-12-1637; cf. AN/TTombo, *Documentos Remetidos da Índia*, 41, fol. 221.

nan (...)»⁹, a voz organizada do poder local de Macau e da sua oligarquia mercantil.

O que diz o órgão por excelência da autonomia dos mercadores portugueses de Macau? Afirmar a soberania chinesa sobre Macau e a condição de parcial partilha em que sobre solo chinês se ergue uma realidade também ligada à coroa de Portugal.

As palavras de 1582 e 1637, escritas em Lisboa e Macau, dando voz à Coroa e ao poder local macaense, reafirmam Macau como uma realidade chinesa que integra componentes portuguesas, fruto da mais valia de intermediário no comércio marítimo internacional e inter-regional.

Não é este o momento para desenvolver o estudo da condição de Macau no período Ming. O que nos interessa aqui afirmar é que, em termos políticos e sociais, os portugueses avaliam então Macau como território chinês que incorpora uma placa de serviços portugueses, o «(...) *fruto de um encontro natural entre a conjuntura asiática e o dinamismo ocidental (...)*»¹⁰.

Para se compreender a função cultural de Macau no período Ming é necessário atender a estas duas características sociais básicas.

Existem redes de interesses e de poderes asiáticos que articulam em parceria e concorrência, chineses dos «mares do sul»/*Nanyang*, chineses das províncias de Cantão e do Fujian, comunidades intermediárias de Ryukyu e do Sul do Japão/Kyushu. A entrada de grupos marítimo mercantis portugueses, a partir de Malaca e Patane, nestas redes asiáticas de comércio inter-regional entre a Ásia do Sueste e os Mares da China é um processo que decorre a partir de 1512-1513 e que nos anos de 1535 a 1555 vai escolhendo Haojing/Macau como um dos lugares preferenciais.

A consistência destas redes de interesses e de poderes asiáticos que agora integram também o elemento intermediário português, em funções decisivas, para o comércio externo da China com o Japão e o Sueste Asiático possibilita a passagem de Macau a instalação permanente e central da rede marítimo-mercantil coordenada pelos portugueses.

⁹ P. Adriano de las Cortes, SJ, *Viaje de la China*, c. 1626, ed. B. Monco, Madrid, Alianza, 1991, p. 97.

¹⁰ L. Dermigny, *La Chine et l'Occident. Le Commerce à Canton au XVIII^e siècle, 1715-1833*, Paris Sevpem, vol. II, 1964, p. 762.

Ao longo dos anos de 1570-1580 a 1630-1640, Macau vai ganhando condições de sustentação na China Ming como placa marítima de serviços internacionais da Ásia Oriental.

As redes marítimas e as parcerias que enquadram a concorrência e os conflitos criam a base de sustentação e a viabilidade económica da cidade portuária de Macau. Criam o estatuto de ponto de encontro de homens e de produtos de diversas origens asiáticas e europeias.

II

A função intercultural de Macau, no período Ming, assenta na condição de uma cidade portuária, denominador comum de comunidades e de interesses que se estendem dos mares da China ao Atlântico.

É o conjunto destas redes e parcerias que torna Macau nos séculos XVI e XVII, um dos centros maiores de intercâmbio ecológico e tecnológico.

A China Ming através de portugueses e de espanhóis absorveu, rapidamente alguma flora de origem americana e muito em especial, o amendoim, a batata doce, o milho maiz e o tabaco.

Macau e Manila são os grandes centros desta difusão mas, no caso do amendoim, a sua plantação na província de Guangdong parece ser anterior, datando talvez mesmo de cerca de 1516 e dos primeiros contactos luso-chineses. É nos séculos XVI e XVII, acima de tudo, uma entrada exótica de refeição.

A China Ming absorve a batata doce e o milho Maiz, em especial pelas províncias de Guangdong e do Fujian. Também o tabaco começa por ter sucesso a partir dos anos de 1590-1600, nas províncias de Guangdong, Fujian e Zheziang¹¹.

¹¹ Vejam-se, entre outros estudos, K. C. Chang (ed.), *Food in Chinese Culture: Anthropological and Historical Perspectives*, New Haven, Yale University Press, 1977; D. Johnson, A. J. Natham, E. S. Rawski (ed.), *Popular Culture in Late Imperial Age*, Berkeley, University California Press, 1985; E. N. Anderson, *The Food of China*, New Haven, Yale University Press, 1988 e S. A. M. Adshead, *China in World History*, Londres MacMillan, 1995, bem como a bibliografia aí citada sobre estas transferências.

Macau, ao longo dos períodos Ming e Qing, é um dos pontos centrais de introdução na China de toda uma variedade de outras plantas como a batata, a mandioca, o pimentão, a papaia, o tomate, a goiaba, o cacueiro e vários legumes: feijão, couve, alface e o agrião que, ainda hoje, em cantonense, é denominado «legume dos mares do ocidente».

Por volta dos anos de 1620-1630, em especial, com a fundição de canhões de Manuel Tavares Bocarro¹², Macau é um grande centro asiático de produção de canhões e a China Ming utiliza quer os fo-lang-chi/ «canhões ao molde português», ou seja, falcões, quer os Kung chung/ «canhão do tipo ocidental»: «(...) *ha na dita cidade de Machao setenta e tres peças de artilharia de ferro (...) porque tem esta terra hua fundição das milhores que ha no mundo, assy de bronze, que antigamente tinha, como de ferro (...)*»¹³.

Também a medicina ocidental e os seus instrumentos, a tipografia de tipos móveis ocidentais e as edições europeias bem como o relógio mecânico, foram introduzidas na China, tal como no Japão, a partir de Macau. Em 1583, um relojoeiro indiano que aprendera a arte com os portugueses segue de Macau para Zhaoqing a fim de fabricar um «relógio de ferro» para o Prefeito Wang Pahn¹⁴.

A dimensão de Macau como fronteira intercultural entre a China e a Europa que envolve os litorais marítimos da Ásia Oriental e do Atlântico e Pacífico Americanos manifesta-se também no plano linguístico.

Toda e qualquer cidade portuária activa e de escala no comércio internacional possui uma forte capacidade multilinguística. Macau, no período

¹² Veja-se N. Valdez dos Santos, *Manuel Bocarro o Grande Fundidor*, in «Boletim do Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau», n.º 3, Macau, 1990, pp. 15 a 102 e a bibliografia aí citada, em especial de C. R. Boxer.

¹³ António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental* (1635), ed. Isabel Cid, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, vol. II, p. 264.

¹⁴ Matteo Ricci, SJ, *Storia dell'Introduzione dell Cristianesimo in Cina*, ed. Pasquale M. Delia, *Fonti Ricciane*, Roma Libreria dello Stato, vol. I, 1942, pp. 201-212. Sobre a história do relógio na China Ming e o papel de Macau, vejam-se: Carlo M. Cipolla, *Tecnica, Società e Cultura*, Bolonha, Il Mulino, 1989 e David S. Landes, *L'heure qui est: Les horloges, la mesure du temps et la formation du Monde Moderne*, Paris, Gallimard, 1987.

Ming, é um polo de atracção de chineses de diferentes origens e formações culturais e de outros asiáticos como japoneses, malaios, vietnamitas, gentes do Sião, malaios, indianos e coreanos. É também através dos mercados e dos missionários, sobretudo jesuítas, uma cidade internacional europeia, em especial latina, por onde passam ou residem portugueses, italianos, espanhóis, mas também e entre outros, ingleses e holandeses.

A obra que melhor exprime, no período Ming, esta capacidade multilinguística é o *Dicionário Português-Chinês*. Trata-se de uma obra manuscrita colectiva que conhecemos através tão só de uma cópia pertença de M. Ruggieri (1543-1607) e que o mesmo trouxe para Roma, a partir de Macau, em 1588¹⁵.

Antes e depois do *Dicionário Português-Chinês* sem título, autor e data, existem no códice vários materiais de diversa natureza predominantemente em caracteres chineses. O único elemento indirecto de datação de parte do códice refere-se aos fólhos 12-16 v que foram redigidos em Zhaoqing, em 1586. Esta passagem contém: «(...) *um texto em caracteres chineses que é uma sumária exposição dos fundamentos da fé católica e do sacramento do baptismo por um missionário a um literato chinês (...)*»¹⁶.

Com base nesta passagem que data, única e exclusivamente o texto que se encontra entre os fólhos 12-16 v, Paul Fu-Mien Yang generaliza sem qualquer fundamento o local e a data para os fols. 32 a 156, propondo a hipótese de que o *Dicionário Português-Chinês* foi «provavelmente» compilado em Zhaoqing entre 1583 e 1588».

A nossa hipótese quanto á data, em especial, local, de produção do *Dicionário Português-Chinês* parte da análise semântica do texto. Estamos frente a um vocabulário português-chinês com uma coluna de fonetização no meio centrado em matérias como a náutica, o mundo mercantil, o relacionamento político-diplomático, os vocábulos do dia a dia e de certos aspectos da cultura e da sociedade chinesas.

Matérias muito em especial as de marinharia, de comércio e de finanças que fazem de Macau a origem deste Dicionário. Também os cerca de

¹⁵ Encontra-se em Roma no Archivum Romanum Societatis Iesu, Jap.Sin., I, 198, fols. 32a-156.

¹⁶ Paul Fu-Mien Yang, SJ, *The Portuguese-Chinese Dictionary of Michelle Ruggieri and Matteo Ricci: A Historical and Linguist Introduction*, in «Proceedings of the Second International Conference of Sinology», Academia Sinica, Taipé, 1989, p. 204.

três mil termos em língua portuguesa, muitos deles especializados e conotados com aspectos da própria vida de Macau, como por exemplo, «pão d'ouro» (fol. 126 v), «espingarda» (fol. 79), «bombarda» (fol. 52 v), «ouvissor» (fol. 125 v), cargo que surge em Macau em 1578 indiciam um universo múltiplo e diferenciado da língua portuguesa ao alcance tão só de uma comunidade de portugueses, ou seja, Macau.

Uma análise dos fólios do *Dicionário Português-Chinês* parece apontar para Macau e talvez Zhaoqing como lugares de produção sendo o núcleo do Dicionário, na terminologia portuguesa e chinesa, conotável com as vidas marítima, mercantil, política e cultural de Macau.

Quanto à questão da data, sabemos que A. Valignano procura estudar chinês em Macau em 1577 e que M. Ruggieri aí vai iniciar os seus estudos, entre 1579 e 1583.

O *Dicionário Português-Chinês* existente nos arquivos da Companhia de Jesus em Roma é a várias mãos ocidentais e chinesas. A hipótese é a de que o Dicionário seja um trabalho iniciado por volta de 1580, em Macau e continuado o mais tardar até 1588, em Zhaoqing e Macau. Mas pode também ter sido o instrumento de orientação linguística na China que compilado em Macau, o mais tardar em 1582, M. Ruggieri levou em 1583 para Zhaoqing continuando aí, quem sabe as fonetizações.

O *Dicionário Português-Chinês* é, no essencial, um produto de Macau, do início da década de oitenta do século XVI, complementarmente, pode também ser uma criação de Zhaoqing e dos anos de 1583 a 1588.

A questão do local e da data prende-se também com a da autoria. «(...) O Dicionário Português-Chinês é uma produção colectiva, feita em Macau pelos centros portugueses do poder comercial, político e religioso. Um vocabulário que se foi acumulando, graças a inúmeros contributos de letrados chineses, de mercadores e navegantes portugueses e chineses e de missionários jesuítas (...) missionários que racionalizam num utensílio didáctico este recolha de informação(...)»¹⁷.

O conjunto de mais de dois mil vocábulos sem título, nem autoria, nem data, constitui o primeiro dicionário de chinês numa língua ocidental. As entradas em português, palavras ou frases, vão desde «aba da vesti-

¹⁷ Luís Filipe Barreto, *A Dinâmica Cultural de Macau c. 1560-c. 1660, I Parte – A Fronteira Cultural*, in «Macau», II série, n.º 58, Fevereiro, 1997, p. 52-54.

dura» (fol. 23) até «zunir a orelha» (fol. 156), sendo seguidas por duas colunas correspondentes com, respectivamente, a fonetização e o termo chinês.

Trata-se de um vocabulário incompleto das letras de A a Z. Conjunto essencialmente prático e informativo em que a terminologia náutica surge como um dos conjuntos dominantes do vocabulário, logo seguido de palavras da vida e do mundo mercantil, político, quotidiano.

Apenas e como mero título de exemplo do peso do vocabulário de marinharia, o que implica a cidade portuária de Macau, podem apontar-se os seguintes casos: «almadia» (fol. 40), « a nao, «ancora», «ancorar» (fol. 42), «a remos de vela», «arimar o outro» (fol. 45 v), «barcada», «barra de naos» (fol. 50 v), «batel» (fol. 51), «borda» e «borda de nao» (fol. 53), «cabo» e «cabo do mundo» (fol. 55), «caraca» (fol. 57), «carta de marear» (fol. 57 v), «cobertura» (fol. 58 v), «tormenta» (fol. 150), «vento à popa» (fol. 135 v), «verga da nao» (fol. 154), etc.

Também como amostragem podemos enumerar algum vocabulário comercial, uma vez mais conotado com a vida da cidade portuária de Macau: «açucare rosado», «açucare candil», «açucare refinado» (fol. 35), «afina ouro», «afinar prata» (fol. 36 v), «barra de ouro ou de prata» (fol. 50 v), «canela», «canfora» (fol. 56 v), «cravo» (fol. 36 v), «prata», «prata fina» (fol. 133 v), «seda» (fol. 143), «sandal» (fol. 142 v), «aforrar» (fol. 36 v), «cambar permuta» (fol. 56), «dar credito», «dar fiado» (fol. 72 v), «mercar», «mercador», «mercadoria», «mercado» (fol. 118 v), etc.

O *Dicionário Português-Chinês* é fruto de uma parceria de conhecimento entre mercadores portugueses e chineses, missionários jesuítas, muito em especial M. Riggieri, mas também letrados chineses e intérpretes como o chinês cristão de ou ligado a Macau, Filipe Mendes. Possivelmente também jovens chineses e luso-chineses ligados a mercadores e jesuítas. Irmãos coadjuvadores como o macaense Sebastião Fernandes/Zhong Mingren (1561/2-1622) um dos mestres de chinês de M. Ricci e autor central do segundo *Dicionário Português-Chinês* em 1598¹⁸ que entrou no novi-

¹⁸ «(...) *I piu vecchi della missione, et avere selo il fratello Bastiano che sapeva molto bene la lingua della cina, fecerono un bello vocabulario, e messero in regola et ordine le cosa di questa lingua; con che da li avanti il doppio piu facilmente si poteva imparare (...)*»; Matteo Ricci, SJ, *Storia dell'Introduzione dell Cristianesimo in Cina*, ed. Pasquale M. Delia, *Fonti Ricciane*, Roma, Libreria dello Stato, vol. II, 1949, p. 32.

ciado da Companhia em 1591, mas que nos anos oitenta pode já estar ligado aos estudos informais de língua chinesa de Ruggieri e Ricci dado que em 1589 é juntamente com Francisco Martins, o primeiro chinês candidato à Companhia¹⁹.

O *Dicionário Português-Chinês* através da fonetização dos caracteres chineses revela também uma outra função mas ao mesmo tempo constante de Macau. A fonetização é oscilante e ora se faz em mandarim quer no dialecto do norte/Pequim quer no da variedade do sul/Nanquim, ora em cantonense ora em Hokkien, o dialecto do Fujian.

Macau torna-se, cada vez mais, potenciando sem dúvida heranças já existentes, um ponto de atracção e de encontro de chineses de diferentes regiões, comunidades e também níveis e formações culturais.

Nota-se que esta pluralidade na fonetização dos caracteres chineses fruto do contacto com diferentes comunidades chinesas é mais um indício que aponta Macau e não Zhaoqing como lugar de criação do Dicionário, sendo também mais uma prova da autoria colectiva da obra.

Haojing/Macau cujo duplo nome já vimos revelar parcerias dos portugueses com círculos cantonenses e fukinenses abertos ao reino de Ryukyu e à Ásia do Sueste e sul do Japão que preexistem à instalação dos portugueses e são mesmo uma das razões chave para a fixação e instalação sustentada da comunidade marítimo-mercantil portuguesa.

Aliás, o códice Jap. Sin I 198, no fol. 169, portanto nas páginas seguintes ao *Dicionário*, tem o termo «Maquao» seguido do character chinês Haojing/«espelho de ostra», sem qualquer fonetização. O mais tardar em 1588 os termos Haojing/Maquao são paralelas de mandarim e fonetização do Hokkien que manifestam os núcleos de parceria dos mercadores portugueses.

¹⁹ Em 1593 A. Valignano informa que Sebastião Fernandes é «(...) de nacion china aunque nacido y criado en Amacao y aparentado com portugueses (...)». O «rol das casas» de 1592 caracteriza Sebastião Fernandes e Francisco Martins: «são ambos de nação chins, posto que nacidos e criados entre portugueses»; cf. *Monumenta Historica Japoniae*, I, ed. J. Franz Schutte, SJ, Roma, MHSI, 1975, pp. 286 e 325. Veja-se Frederico Masini, *Some Preliminary Remarks on the Study of Chinese Lexicographic material prepared by the Jesuit Missionaries in China in the Seventeenth Century*, in *Western Humanistic Culture Presented to China by Jesuit Missionaries (XVII-XVIII centuries)*, ed. F. Masini, Roma, IHSI, 1996, pp. 235-245.

O *Dicionário Português-Chinês* dos anos de 1580 é o espaço por excelência, em Macau, do encontro entre as culturas laica e clerical, prática e teórica. É uma criação colectiva feita do encontro de interpretes, mercadores e missionários. Do encontro de europeus latinos com chineses, um pelo menos macaense.

III

A paisagem cultural de Macau no período Ming apresenta dois grandes campos. Um de Cultura Laica, essencialmente técnico-prática e um outro de Cultura Clerical, mais teórica e erudita. Ambos são fruto do dinamismo marítimo-mercantil e servem de um modo, respectivamente mais imediato ou mais mediato o essencial dos interesses e do programa cultural da cidade portuária. Por isso, ambos os campos, cruzam-se e encontram-se em determinadas áreas de incidência e de estratégia comum como por exemplo, a formação de intérpretes, a prática e a sistematização da tradução, as transferências ecológicas e tecnológicas

No período Ming a Cultura Laica é totalmente manuscrita e os materiais conhecidos, no lado ocidental de Haojing são, neste campo, escritos em português.

Cultura Laica escrita em língua portuguesa mesmo quando o autor assina em chinês por não saber português: «*vay meu sinal. Achará china. É por não saber português (...)*»²⁰. Como vemos por exemplo neste caso do macaense chinês que apenas conhecemos pelo nome português de Salvador Dias que é autor, em 1626, de duas informações marítimo-estratégicas sobre a concorrência holandesa e a Ilha Formosa: «*(...) acerca do trato aberto entre os chinas e olandeses os quais se não puser remedio com tempo depois o não terá (...)*»²¹.

Com os relatórios de Salvador Dias estamos frente a sumários em línguas portuguesa de informações que, no original foram criadas e dadas, em língua chinesa.

²⁰ Informação de Salvador Dias, *Documentação Ultramarina Portuguesa*, Lisboa, CEHU, 1962, vol. II, p. 68.

²¹ *Idem*, p. 65.

Uma das constantes da Cultura Laica de Macau é esta recolha, organização, tratamento e tradução de materiais e de informações originalmente existentes em língua chinesa. Apropriação e utilização de dados e de património sobretudo de natureza náutica, cartográfica e geográfica em língua chinesa mas também,, entre outras, em línguas japonesa e anamita.

O conhecimento em português, produzido em Macau, sobre os mares e os litorais da China assenta, em larga escala, nesta capacidade de recolha, selecção e tradução – incorporação de saberes asiáticos. Trata-se de um exercício de fronteira intercultural que transporta saberes asiáticos para o quadro do conhecimento europeu sobre a Ásia Oriental.

Esta cultura manuscrita e em português surge maioritariamente sem indicação de autor porque é uma cultura colectiva de uso, acrescento, emenda e correcção abertas e constantes, por parte de sectores especializados da comunidade marítimo-mercantil de Macau.

Hoje em dia, frente a um mapa, roteiro, relato de viagem, relatório geográfico ou estratégico e comercial não assinados, o historiador classifica «anónimo», mas trata-se, em geral, de uma simplicidade anacrónica que pode esconder o essencial.

Nos séculos XVI e XVII, a propriedade intelectual começa tão só a nascer e a afirmar-se acompanhando a crescente importância da dinâmica do capitalismo. O mapa, o navio, o roteiro, os relatórios e informações são bens de um universo onde ainda os pesos da corporação, da família e da comunidade são fundamentais. Bens em constante acumulação, acrescento e correcção e onde o lugar para a ideia e a realidade de individualidade, de propriedade privada do saber para fazer são quase inexistentes.

Toda esta cultura prática de índole náutico-mercantil é uma cultura colectiva. Uma criação da comunidade de mercadores e de navegantes que usa e retoca estes bens no dia a dia da vida profissional do comércio marítimo.

Cultura pragmática e empírica que cresce em correlação directa com a navegação e o comércio. Bens culturais de uso para navegar e comerciar que apenas são produzidos por e para essa finalidade. É esta correlação directa entre a vida marítimo-mercantil e o saber técnico e prático da marinharia que leva à existência, em Macau, de dois grandes pólos de cultura laica.

O primeiro, a partir de cerca de 1560-1570 até aos inícios do século XVII, é dominado pela roteirística de Macau para o Japão e pelos roteiros, mapas e informações dos litorais das províncias de Guangdong e do Fujian: «(...) *sabereis quem partir de Macao nesta monção de junho pera*

Japão, se tiver bom tempo, não podendo dobrar por barlavento da pedra que parece vela (...)»²².

O segundo pólo, com início nos anos de 1565-1575 e que na década de 1640-1650 é já claramente preponderante, é dominado pela roteirística de Macau para a Ásia do Sueste criando «(...) *uma nova geração de roteiros, das costas da península indochinesa em relação com o constante crescimento do comércio entre Malaca e Macau ... as rotas entre Macau e o golfo de Tonkin pelo estreito de Ainão constituem os primeiros roteiros conhecidos desta região (...)*»²³.

Estas apostas e acentuações culturais acompanham os deslocamentos marítimo-mercantis e políticos da Ásia Oriental e da China Ming. A partir de 1639-1655, os «portos do sul» (Macassar, Timor, Solor, Flores) substituem o Japão nos horizontes da cidade-portuária coincidindo com as quedas de Malaca em 1641 e da dinastia Ming em 1644: «(...) *partindo de macho p.^a Malaca sairas pello boqueirão dloeste e depois qfora iras correndo as ilhas (...)*»²⁴.

A Cultura Laica do Macau Ming pode ser agrupada em quatro campos: 1) Roteiros e descrições náuticas; 2) Cartografia; 3) Relatórios e informações estratégicas de natureza económica e política; 4) Alturas, correntes, lembranças, em especial sobre os litorais das províncias de Guangdong e do Fujian.

A Cultura Laica de Macau é pois dominada pela marinharia. O universo dos roteiros, dos mapas e dos levantamentos costeiros representa mais de 85 % desta produção cultural. Esta especialização na Sabedoria do Mar por parte da Cultura Laica de Macau atesta a importância essencial da condição marítimo-mercantil na vida da cidade: «(...) *as fazendas de Macao consistem no mar, e toda a cidade disto vive, não ha outros bens estaveis mais que os que o vento e mares trazem, faltando estes, falta tudo, (...)*»²⁵.

²² *Roteiro de Macao pera Japao* (c. 1570-1580), Paris, Bibliothèque Nationale, cod. port., n.º 58, fol. 77 v; cf. L. Bourdon e L. Albuquerque, *Le «Livro de Marinharia» de Gaspar Moreira*, Lisboa, JIU, 1977, p.122.

²³ Pierre-Yves Manguin, *Les Portugais sur les Côtes du Viêt-Nam et du Campã*, Paris, EFEO, 1972, pp. 61-62.

²⁴ *Roteiro de Macau para Malaca na Monção de Janeiro e Fevereiro e em todo o tempo* (c. 1570,) Casa Cadaval, Ms. 972, fol. 78 v; cf. Pierre-Yves Manguin, *op. cit.*, p. 258.

²⁵ Luís da Gama, SJ, Carta de Macau, aos 15 de Dezembro de 1664, Biblioteca da Ajuda, *Jesuítas na Ásia*, cod. 49-IV-56, fol. 379.

Cultura manuscrita e em língua portuguesa que é, regra geral, uma incorporação e tradução dos saberes náuticos dos Mares da China como vemos, por exemplo, na anónima *Carta de Macau e do Delta de Cantão* de cerca de 1643²⁶. Feita em Macau e enviada para Lisboa, provavelmente em 1646, é uma típica carta chinesa com grande atenção à massa continental, surgindo os litorais e o mar como fronteira. A Carta, desde Ainão a Lantau, está concentrada na região entre Cantão e Macau. A toponímia e as legendas, de carácter económico e estratégico, são abundantes. Por exemplo, em Cantão, junto ao «pagode do meyo do Ryo» pode ler-se: «(...) neste rio estão de ordinario duas a tres mil embarcações».

Cultura Prática e Técnica de Marinharia que é uma constante fronteira intercultural através da recolha, incorporação e tradução das náuticas e cartografias asiáticas no quadro de um saber europeu asiaticado: «(...) partindo do porto de Macao, sendo fora das ilhas quanto seja tres ou quatro leguas ao mar, fareis o caminho de susuduestes até yrdes aver vista da costa de chanpa (...)»²⁷.

IV

É na Cultura Clerical e Erudita hegemonzada no Macau Ming pela Companhia de Jesus que melhor encontramos realizada a função intercultural da cidade portuária.

É em Macau, mesmo que posteriormente continuado em Zhaoqing, que nascem as primeiras traduções do latim para mandarim e do mandarim para latim.

Nos finais de 1581 ou nos inícios de 1582, está feito em Macau o primeiro catecismo chinês. É uma obra colectiva dos jesuítas M. Rigieri, Pêro Gomes e de um letrado chinês de que desconhecemos o nome: «(...) chegámos véspera de S. Tiago de 81 (...) achamos aqui mais o P. Miguel Rogério da missão da China (...) fez logo hum catecismo que lhe fez em

²⁶ Veja-se a reprodução do mapa que se encontra na Biblioteca da da Ajuda, em Luís Filipe Barreto, *Cartografia de Macau, séculos XVI e XVII*, Lisboa, Missão de Macau, 1997.

²⁷ *Roteiro das Ilhas de Cantão pera Malaqua, c. 1570-1580*, Paris, Bibliothèque Nationale, cod. port., n.º 58, fol. 77 v; cf. L. Bourdon e L. Albuquerque, *Le «Livro de Marinharia» de Gaspar Moreira*, Lisboa, JIU, 1977, p.121.

letra china hum letrado cristão que aqui fez (...) mandou o padre imprimir o catecismo em letra sinica que logo foi espalhado pela China (...)»²⁸.

Nas palavras de Francisco Pires sugere-se que o «Catecismo»/ *Tian Zhu shi lu* está pronto e é impresso em 1581 mas a carta de um dos autores, Pêro Gomes, escrita em Macau aos 25 de Outubro de 1581 dá a obra ainda por imprimir e mesmo por traduzir: «(...) o P. Rugerio e eu, estes meses que aqui estou, nos ocupámos em fazer uma breve história do principio do mundo, que sirva juntamente de doutrina cristã por modo de diálogo para transladá-la em lingua da China (...)»²⁹.

Em Novembro ou Dezembro de 1581 ou nos inícios de 1582 existe em Macau o *Tien Zhu shi lu* sob a forma manuscrita ou segundo a informação de Pêro Gomes, SJ, impresso e enviado logo para o interior da China.

A obra é um breve texto em torno da existência e dos atributos de Deus, da imortalidade da alma, da lei natural e do sacramento do baptismo. Uma exposição do cristianismo pela via do budismo e provavelmente o primeiro impresso em chinês da literatura cristã, pois não se conhecem edições chinesas da cristandade antiga-medieval.

Os únicos exemplares hoje conhecidos do *Tien Zhu shi lu*³⁰ são de uma edição em Zhaoqing, em 1584. Este facto tem levado a considerar o *Tien Zhu shi lu* feito manuscrito em Macau e apenas impresso xilograficamente em Zhaoqing, em 1584. Contudo, não existe qualquer prova nem, razão para que uma obra concluída nos finais de 1581 ou nos inícios de 1582 tenha ficado manuscrita e existe o documento de Fernão Pires que dá a entender a sua impressão em Macau.

Manuscrito ou impresso, o que interessa é que em Macau, o mais tardar em 1582, está feita a primeira tradução chinesa de um livro europeu.

Da mesma altura devem datar os primeiros exercícios de tradução de chinês para latim a cargo de uma equipa coordenada por M. Ruggieri.

²⁸ Francisco Pires, SJ, *Pontos do que me alembra*, Macau, 1622-1623; cf. *Monumenta Historica Japoniae*, I, ed. J. Franz Schutte, SJ, Roma, MHSI, 1975, p. 386.

²⁹ Pêro Gomes S.J., *Carta de Macau para Roma*, 25 de Outubro de 1581; cf. *Monumenta Historica Japoniae*, I, ed. J. Franz Schutte, SJ, Roma, MHSI, 1975, p. 117.

³⁰ Veja-se J. Gernet, *Sur les Différentes Versions du Premier Catéchisme en Chinois de 1584*, in «*Studia Sino Mongolica*», 1979, pp. 407-416 e Pascale Girard, *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna*, Macau, FM, 1999, pp. 278-279.

M. Ruggieri está em Macau desde Julho de 1579 a aprender a ler, escrever e falar chinês. Em 1582 traduz e explica a A. Valignano algumas passagens de livros chineses adquiridos pelos jesuítas, nomeadamente «(...) tratados chineses de geografia, história e um dicionário de plantas (...)»³¹.

Em Macau e posteriormente em Zhaoqing, no quadro dos exercícios de aprendizagem da língua chinesa, M. Ruggieri traduz, entre 1579 e 1588, os inícios do *Da Xué*/«O Grande Ensino»³².

Em Roma, 1593, Antonio Possevino vai publicar algumas partes da tradução de Confúcio de M Ruggieri. Um *Liber Sinensium* de princípios morais é a ideia transmitida³².

A primeira tradução do chinês para latim levada a cabo pelos jesuítas com a sua equipa de tradutores é o *Da Xué*/«O Grande Ensino». O *Da Xué*/«O Grande Ensino» tinha-se tornado, com *Chu Hsi* (1130-1200) e o movimento neo-confucionista, a fundamental síntese do confucionismo, o primeiro texto usado na currículo da Escola Imperial e o livro central nos exames do Serviço Público Civil.

Em Macau cruzam-se as fronteiras das duas grandes línguas culturais da Europa e da Ásia Oriental. As traduções entre o latim e o mandarim exprimem as aproximações do cristianismo ao budismo sinizado e ao confucionismo. Exprimem também o objectivo dos missionários de conhecerem melhor e de melhor se darem a conhecer à China Ming.

A função intercultural da cultura erudita de Macau não se reduz a estas traduções nem à criação das primeiras bibliotecas de livros europeus na China e de livros chineses e japoneses por europeus. Manifesta-se também na articulação das culturas chinesa, japonesa e europeia, na edição tipográfica na Casa da Companhia de Jesus³³, com impacto na Ásia e na Europa.

Em Julho de 1588, ida de Portugal e a caminho do Japão, chega a Macau uma tipografia de caracteres móveis ocidentais. Logo nesse ano

³¹ A. Valignano, SJ, *Sumario de las cosas de Japon (1583) e Adiciones del Sumario de Japon (1592)*, ed. J. L. Alvarez-Taladriz, Tóquio, Sophia University, 1954, p. 175.

³² Veja-se Knud Lundbaek, *The First European Translations of Chinese Historical and Philosophical Works*, in *China and Europe; Images and Influences in Sixteenth to Eighteenth Centuries*, ed. Thomas H. C. Lee, Hong Kong, Chinese University Press, 1991, pp. 29-43.

³³ Veja-se J. Maria Braga, *The Beginnings of printing at Macau*, in «Studia», Lisboa, 1963, n.º 12, pp. 29-137.

faz-se a edição do *Christiani Pueri Institutio*, do Padre Giovanni Bonifacio, SJ originalmente impresso em Salamanca, 1575. É um breve tratado latino de educação cristã da juventude que parece ter sido usado como manual para a aprendizagem do latim e a divulgação da ética cristã, em especial no Japão, como se presume da carta «aos alunos dos seminários japoneses», da autoria de A. Valignano, impressa no início da obra.

Em 1590, «no porto de Macau do reino da China» para utilizar as palavras da própria edição, surge a obra *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanorum Curiam (...) Dialogus*, da autoria essencial de Duarte de Sande, SJ (1547-1599) e A. Valignano (1539-1606).

O *De Missione* é uma obra em diálogo que faz uma apresentação da Europa e da Cristandade ao Japão. Apresentação valorativa em todos os aspectos nomeadamente na náutica, nos relógios mecânicos, na impressão e universidade, «(...) uma noção das coisas da Europa e da cristandade que não era então suficientemente explícita no Japão (...)»³⁴.

Mas o *De Missione* é também, no Colóquio trigésimo terceiro, uma apresentação da China Ming assente na «(...) verdade recebida dos padres da Companhia que vivem na China (...)»³⁵.

De regresso do Japão a Macau, em 1614, a tipografia imprime, em 1620, a *Arte Breve da Lingoa Iapoa*, do Padre João Rodrigues Tçuzzu, SJ (1561-1633). Trata-se em parte de uma versão sintética: «(...) fazer este breve extracto da arte grande que sirva aos principiantes como de introduçam pera a mesma arte (...)»³⁶ da obra coordenada pelo mesmo autor, *Arte da Lingoa de Iapam*, Nagasaki, 1604-1609. Mas é ao mesmo tempo «(...) um trabalho muito superior como gramática e em muitos pontos uma obra completamente nova (...) é provável que Rodrigues tivesse disposto de mais tempo livre em Macau para conceber um melhor plano e para arrumar mais claramente as suas ideias (...)»³⁷.

³⁴ Duarte de Sande, SJ, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana* (1590), ed. A. Costa Ramalho, Macau, Fundação Oriente, 1997, p. 20.

³⁵ *Ibid.*, cap. XXXIII, p. 329.

³⁶ *Arte Breve da Lingoa Iapoa tirada da Arte Grande da mesma Lingoa*, Joam Rodriguez da Companhia de Jesu, Macau, 1620, ao leitor.

³⁷ Michael Cooper, SJ, *Rodrigues o Intérprete: Um Jesuíta no Japão e na China*, Lisboa, Quetzal, 1994, p. 239.

A edição tipográfica dos jesuítas em Macau, em línguas latina e portuguesa, tem como destinatário privilegiado as elites japonesas próximas da cristandade, mas estas obras circulam também na restante Ásia, na América e na Europa.

Sobre a rede de circulação dos impressos de Macau, escolhemos apenas dois exemplos. Em Londres, 1599, surge a tradução do latim para inglês da parte sobre a China Ming do *De Missione Legatorum* de Duarte de Sande, S.J, no segundo volume da segunda edição de R. Hakluyts, *Principal Navigations*, com o título *Excellent Treatise of the Kingdom of China, and of the Estate and Government (...) Printed in latine at Macau, a citie of the Portugals in China*»³⁸.

A parcial tradução inglesa do impresso de Macau de 1590 representa um momento decisivo no crescimento do banco de dados inglês sobre a China. Banco de dados que na altura é fruto dos conhecimentos alcançados e transmitidos por portugueses, espanhóis e italianos à restante Europa e que havia começado em 1577 com a edição inglesa de Galeote Pereira³⁹.

Agora, no final do século, em 1599, é impresso o quarto livro inglês sobre a China a partir da escrita de Duarte de Sande, S.J, alguém com cinco anos de residência em Macau, com um período em Zhaoqing, de Agosto de 1585 a Novembro de 1587 e com acesso privilegiado a abundante, actualizada e correcta informação sobre a China Ming.

O segundo exemplo de impacto dos impressos de Macau na Europa tem a ver com a *Arte Breve da Lingua Iapoa*. A edição de Macau, 1620, é o regulador da terceira gramática europeia do japonês, *Ars Grammaticae Iaponae Linguae*, Roma, 1632, do dominicano Diego Collado.

Os impressos de Macau no período Ming circulam na Europa e em Londres e Roma marcam o ritmo do saber ocidental sobre a China e o Japão. O mesmo se pode dizer dos manuscritos desde a imensa produção e circulação de epistolografia até à roteirística manuscrita de Macau sobre os Mares da China que, em parte, surge impressa em Amesterdão, 1595, por J. H. van Linschoten, *Reysgheschrift van de Navigatien der Portugaloy-*

³⁸ Veja-se *Um Tratado sobre o Reino da China*, ed. Rui Manuel Loureiro, Macau, ICM, 1992.

³⁹ Entre muitos outros estudos, veja-se, Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. I, Livro II, Chicago, Chicago University Press, 1965, pp. 730-821.

sers. Através de cópias manuscritas, de traduções e de edições, Macau funciona no período Ming, como mútuo centro de exposição Europa/Ásia Oriental.

A Cultura Erudita de Macau não se reduz ao impresso pois o manuscrito é largamente dominante. Muitas das obras deste cultura são livros que em Macau são concluídos, revistos, ordenados, mas que regra geral, foram começados em outras paragens asiáticas, desde o Japão e a China até à Índia.

Sinal de que em Macau existiam condições de tempo, de informação e de biblioteca que permitiam a produção final destes trabalhos. Vamos apenas apontar quatro exemplos desta situação.

Em 1582, em Macau, entre 9 de Março e 31 de Dezembro, A. Valignano revê o *Sumario de las Cosas (...) de la Yndia Oriental*⁴⁰, redigido em 1579, e começa a escrever o *Sumário de las Cosas de Japon*⁴¹ que vai concluir em Cochim, em 1583. Entre 1592 e 1594, o Padre Luís Frois, SJ, concluiu em Macau a sua *História de Japam*⁴², redigida em grande parte em solo nipónico, entre 1585 e 1591. De 1620 a 1627, os jesuítas João Rodrigues Tçuzu e Martinho Mara escrevem em Macau a *História da Igreja do Japão*⁴³ tendo como base a documentação para aí levada em 1619.

A Cultura erudita e clerical do Macau Ming pode ser agrupada em quatro tipologias. Cerca de trinta a quarenta por cento das obras relevantes são Tratados Geográficos e Antropológicos sobre a Ásia, muito em especial sobre o Japão. Um pouco mais de vinte por cento são Relatórios, Memórias sobre a experiência missionária no Japão ou na China, como vemos por exemplo, na obra de 1614 de Afonso de Lucena, SJ, *De Algu-*

⁴⁰ A. Valignano, SJ, *Sumario de las Cosas que pertencen a la Provincia de la Yndia Oriental* (1579), in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, ed. A. Silva Rego, Lisboa, AGU, 1958, 12.º vol., pp. 470-638. Veja-se ainda A. Valignano SJ, *Historia del Principio y Progreso de la Compania de Jesú en las Indias Orientales (1542-64)*, ed. J. Wicki, SJ, Roma, BIHSI, 1944.

⁴¹ A. Valignano SJ, *Sumario de las Cosas de Japon (1583)*, ed. J. L. Alvarez-Taladriz, Tóquio, Sophia University, 1954.

⁴² Luís Frois, SJ, *Historia de Japam* ed. J. Wicki, SJ, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1976-1984, 5 vols.

⁴³ João Rodrigues Tçuzu, SJ, *História da Igreja do Japão*, ed. Abranches Pinto, Macau, Notícias de Macau, 1954.

mas Coisas que pertencem à cristandade de Omura⁴⁴, ou nos já citados *Pontos do que me alembrar*, de Francisco Pires, SJ, de cerca de 1622-1623.

Cerca de outros vinte por cento resulta de materiais de organização interna dos missionários franciscanos, agostinhos, jesuítas, textos de estilo «catálogos», «rol de casas», sumários e informações várias. Entre trinta a quarenta por cento são obras de doutrina em diálogo e polémica com o mundo asiático e diferentes visões europeias da Ásia. Sirva tão só como exemplo, a *Apologia de la Compania de Jesus de Japon y China*, Macau, 1598, de Alexandro Valiganno, SJ⁴⁵, ou a exposição enviada por Martim Inácio de Loiola, ao Rei Filipe II, de Macau em 1587⁴⁶.

A Cultura Erudita, ao contrário da Técnico-Prática, surge no Macau Ming em várias línguas (português, latim, chinês, espanhol) e também nas formas manuscrita e impressa. Esta variedade linguística, em termos ocidentais, assenta no facto de os missionários serem uma elite internacional e em especial os jesuítas, aberta a outras orientais e ocidentais.

Muitos outros elementos da paisagem cultural de Macau no período Ming poderiam ser tratados, nomeadamente a rede epistolar que liga Macau à China e ao Japão mas também a Manila, Malaca, Goa e por essas vias à Europa e América, a Lisboa, Madrid, Roma, Londres, Amesterdão, etc.

O universo documental traçado é no entanto já suficiente para se avaliar a dimensão intercultural de Macau no período Ming. A partir da instalação em território chinês de, primeiro uma comunidade de mercadores portugueses nos anos de 1555-1557 e em seguida de uma residência de jesuítas em 1565, a cidade portuária começa a tornar-se o centro das relações internacionais da China Ming e dos contactos europeus com a Ásia Oriental.

Cidade de múltiplas parcerias e de informal partilha que, através das culturas prática e erudita, laica e clerical se torna a fronteira intercultural

⁴⁴ Afonso de Lucena, SJ, *De algumas cousas que ainda se alembra o P. Afonso de Lucena que pertencem a Christandade de Omura (1578-1614)*, ed. J. Franz Schutte, SJ, Roma, IHSI, 1973.

⁴⁵ A. Valiganno, SJ, *Apologia da la Compañia de Jesus de Japon y China (1598)* ed. J. L. Alvarez-Taladriz, Osaka, 1998.

⁴⁶ Cf. *Sinica Franciscana. Relationes et Epistolae Fratrum Minorum Saeculi XVI-XVIII*, ed. Van Den Wyngaert, G. Mensaert e F. Margiotti, Quaracchi-Roma, 1936-1975, 8 vols. (o texto citado encontra-se no vol. II, pp. 210-213).

por excelência da Europa com a Ásia Oriental, de meados de Quinhentos a meados de Seiscentos.

Macau funciona, no período Ming, como noticiário da China e do Japão para a Europa e como notícias de apresentação da Europa para a China e o Japão. É então a fronteira aberta entre a Europa e a China que troca mercadorias mas também línguas, livros e ideias.